

## RETRATOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DISCURSO MIDIÁTICO

Miriam Martinez GUERRA

*Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP*

**Resumo:** Este artigo, situado na Linguística Aplicada, pretende analisar algumas maneiras pelas quais o discurso midiático evidencia assuntos ligados à Educação de Jovens e adultos (EJA) em textos socialmente circulantes. Os textos selecionados para análise se constituem notícias de jornal, fontes primárias, coletadas na mídia digital, em *sites* que focalizam a região norte brasileira. Com o respaldo teórico da Análise do Discurso Crítica e dos Estudos de Letramento na área da Linguística Aplicada, observamos que a EJA é posicionada nos discursos dominantes como parte das metas de ações governamentais; neste contexto, o discurso midiático reproduz as vozes de outros discursos dominantes por meio do uso de palavras de ordem que remetem aos valores mercadológicos e aos processos da globalização.

**Palavras-chave:** Análise do discurso crítica. EJA. Cultura escrita. Letramento.

## YOUNG AND ADULTS EDUCATION FRAMEWORK'S IN THE MEDIA DISCOURSE

**Abstract:** This article, situated in an Applied Linguistic, aims to analyze some ways about how the media discourse reveals topics related to Young and Adults Education in socially circulating texts. The texts selected for analysis came from newspaper articles, primary sources collected in the digital media, on sites that focus on the Brazilian's northern region. With theoretical support of the Critical Analysis Discourse and the Literacy Studies in the Applied Linguistic area, we found out that the Young and Adults Education is positioned in the dominant discourses as part of the governmental actions' goals, in this context, the media discourse reproduces the voices of other dominant discourses through slogans that refers to the market values and the globalization processes.

**Keywords:** Critical analysis discourse. EJA. Written culture. Literacy.

## RETRATOS DE EDUCAÇÃO DE JÓVENES Y ADULTOS EN EL DISCURSO MEDIÁTICO

**Resumen:** Este artículo, escrito desde la perspectiva de la Lingüística Aplicada, pretende analizar algunos modos por los cuales el discurso mediático pone en evidencia asuntos ligados a la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en textos que circulan socialmente. El corpus seleccionado para el análisis está conformado por noticias periodísticas provenientes de medios digitales, principalmente los focalizados en la región norte brasileña. Con el respaldo teórico del Análisis Crítico del Discurso y de los Estudios de Alfabetización Literaria en el área de la Lingüística Aplicada, observamos que la EJA está posicionada entre los discursos dominantes como parte de las metas de acciones gubernamentales; en este contexto, el discurso mediático reproduce las voces de otros discursos dominantes mediante el uso de palabras que remiten a valores mercadológicos y procesos de globalización.

**Palabras clave:** Análisis crítico del discurso. EJA. Cultura escrita. Alfabetización Literaria.

### PALAVRAS INICIAIS

A construção deste artigo vincula-se ao momento inicial de uma pesquisa em nível de doutorado, em andamento, que visa a investigar eventos e práticas de letramento relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA doravante). Neste texto, a partir de contribuições teórico-metodológicas advindas da Linguística Aplicada (LA), na perspectiva dos Estudos de Letramento e da Análise Crítica do Discurso (ACD), objetivamos analisar representações midiáticas voltadas à EJA.

Os dados aqui analisados representam práticas sociais de uso da linguagem, são fontes primárias coletadas em notícias de jornal vinculadas à mídia digital e disponíveis em *sites on-line* que focalizam o espaço geográfico do Estado do Tocantins, região norte brasileira.

Organizamos este artigo em seções, buscando evidenciar brevemente nossa fundamentação teórica e analisar os dados obtidos. Para tal, pontuaremos: (i) a concepção de discurso enquanto prática social; (ii) discursos que focam o mundo letrado em meio ao contexto da globalização e (iii) o discurso midiático sobre assuntos que focalizam a EJA.

## 1. DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

A palavra “discurso”, bastante utilizada atualmente, exige diferentes modos de compreender o conceito a ela arraigado. O conceito “discurso” é utilizado tanto no viés da teoria social (com Gramsci, Foucault e outros) quanto por linguistas ligados à ACD, tais como Norman Fairclough e Van Dijk. Da perspectiva desses autores, “discurso” pode ser entendido como a língua em uso, na forma escrita ou falada, agregando também as formas semióticas, como as imagens visuais, e outras formas não verbais de comunicação, tais como os gestos (FAIRCLOUGH, 1995). Ao considerar que os discursos são materializados por meio de textos verbais ou não verbais, Fairclough (2003) afirma que os discursos são uma maneira particular de representar alguma parte do mundo, no viés físico, social ou psicológico.

O “discurso” pode ser entendido como prática social (FAIRCLOUGH, 2010; 2005; 2003; VAN DIJK, 2010; 2012; RESENDE; RAMALHO, 2011), neste sentido, o discurso concebe a língua em uso como prática social, o que implica dizer que a língua está intrinsecamente ligada a um contexto social situado em um determinado tempo e espaço. “A língua está socialmente e historicamente situada num modo de ação, nas relações dialéticas com outras facetas sociais” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 54). Compreendem-se, então, que a língua é: (a) socialmente moldada, mas também é (b) socialmente formada, ou seja, é socialmente constitutiva (FAIRCLOUGH, 1995); assim, a ACD busca explorar a tensão entre as partes que constituem a língua.

Para Van Dijk (2008), os estudos críticos do discurso examinam as relações complexas existentes entre o discurso e poder social, assim como o discurso e o contexto no qual é gerado. Tanto Van Dijk quanto Norman Fairclough concordam sobre a relevância em compreender a língua como prática social, uma maneira de desvelar e analisar vozes discursivas presentes na sociedade, assim, explorar a prática social da língua pode significar buscar compreender as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crenças de um determinado grupo de pessoas (FAIRCLOUGH, 1995). Isso pode envolver diferentes tipos de discursos, revelando a complexidade existente na análise de discursos socialmente circulantes.

A complexidade presente nos discursos é metaforicamente compreendida pela ACD como uma “rede”, na qual discursos se entrecruzam e formam redes discursivas, ou seja, “ordens do discurso”. Essas ordens discursivas são formadas em instituições sociais ou domínios sociais distintos (FAIRCLOUGH, 1995), que, de alguma maneira, podem ser interconectadas, tais como o discurso educacional, o político e o midiático, por exemplo, em relação à temática sobre a inserção dos brasileiros na cultura letrada por meio da escolarização.

A dimensão comunicativa da prática discursiva, para Fairclough (1995; 2010), envolve a análise de vários aspectos, desde os processos de produção textual até o consumo do texto pelo leitor. Para a ACD, há três dimensões discursivas nos eventos comunicativos que devemos levar em consideração: o texto (a materialidade linguística), a prática discursiva (discurso) e a prática sociocultural (contexto). Essas dimensões contribuem para a descrição, interpretação e explanação de uma dada situação comunicativa.

Entender o discurso como prática social pode significar compreender três facetas: relacional, dialetal e transdisciplinar, conforme consta no quadro abaixo:

Quadro 1. Elementos para compreensão do discurso como prática social.

<b>Propriedades básicas na ACD</b>	
Relacional	Compreende as relações sociais coletivas e complexas, uma vez que inclui “relações entre relações”, ou seja, o discurso pode ser visto como um tipo de entidade ou objeto, mas caracteriza-se como um conjunto complexo de relações comunicativas orais ou escritas e em diferentes meios de comunicação.
Dialetal	As relações complexas são dialetais, uma vez que não podemos separar o objeto das relações que o circundam. As relações dialetais são relações entre objetos diferentes uns dos outros, mas que não estão totalmente separados. Interligam-se de uma forma “discreta”, tal qual a relação entre “discurso” e “poder”; diferentes elementos em um mesmo processo social.
Transdisciplinar	A transdisciplinaridade permite analisar um discurso sob diferentes pontos de vista. A abordagem transdisciplinar é uma forma particular de perceber a interdisciplinaridade, uma vez que permite olhar um discurso por meio de diferentes áreas disciplinares (teorias) e além ou através dessas áreas, ou seja, transcendendo conceitos.

Fonte: Adaptação do texto de Fairclough (2010).

Segundo Fairclough (2010), o discurso não é uma simples entidade independente, somente podemos compreendê-lo quando analisamos o conjunto de “relações” complexas que o envolve, assim, trazer diferentes teorias ou molduras (*frameworks*) para a construção de objetos de pesquisa no viés da “transdisciplinaridade”, permite interação entre conceitos, categorias e relações da ACD e outras abordagens teóricas presentes nas subáreas ou áreas afins da LA, como a Antropologia e a Sociologia. Analisar o discurso como prática social remete a uma tentativa de enxergar os objetos de pesquisa de uma maneira complexa, considerando a abordagem transdisciplinar na LA, o que pode ocorrer, por exemplo, ao considerar a perspectiva teórico-metodológica que os Estudos de Letramento trazem em relação à escrita como prática social (KLEIMAN, 2007; STREET, 2003; BARTON, 1994; BARTON, HAMILTON, IVANIC, 2000) para investigar um objeto de estudo a partir de diferentes dimensões, como a dimensão política, a sociológica e a educacional.

## **2. DISCURSOS SOBRE O MUNDO LETRADO EM MEIO AO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO**

Apesar do impacto e das mudanças conceituais que os estudos de letramento proporcionaram no cenário educacional brasileiro, como, por exemplo, em relação à compreensão da escrita como prática social e das implicações que ela traz em relação à inserção da pessoa na cultura escrita via escola, conforme mostra Kleiman (2007), o discurso sobre “cultura escrita” (MARINHO, CARVALHO, 2010) centra-se num determinado modo de compreender a escrita. Por exemplo, o entendimento de língua como código desligado de contextos socioculturais e restrito ao letramento funcional unicamente para o mercado de trabalho.

O entendimento de língua com foco no letramento funcional se constitui numa visão distanciada da compreensão da escrita como prática social, vinculada aos processos democráticos com fins na cidadania (aos usos da língua e necessidades de determinados grupos de estudantes, o que engloba as necessidades formativas para o trabalho). Por isso, é atual e relevante evidenciarmos as tensões presentes em discursos sociais relacionados à língua.

Há séculos, atribuímos maior valor à comunicação escrita em detrimento da comunicação oral. Ao passo que a escrita tornou-se uma escolha de entidades superiores (como o Estado), o poder atribuído a ela passou a ser algo naturalizado. A escrita tomou um lugar de prestígio social, uma forma de comunicação que, para Gnerre (2003), todos os cidadãos têm de (re)produzir e entender. O Estado foi constituído como a estrutura social legitimadora do que vem a ser língua “oficial”, portanto, legitimou certo tipo de letramento escolar que tende manter uma concepção de leitura e escrita e um modo de pensar o ensino oficial no país.

Ainda que a sociedade atribua efeitos positivos relacionados ao acesso à escrita, como mostra Kleiman (1995), e a escolarização seja considerada relevante nas sociedades urbanas, muitas pessoas nunca fizeram parte efetivamente dessa cultura letrada do âmbito institucional, ficaram distantes do saber legitimado que se constituiu a escrita e a leitura ensinada na escola, denotando que o acesso à escrita na escola, como afirma Gnerre (2003), implica ordem de cunho político e cultural. Criou-se, então, demanda pela escolarização fora da idade certa, para adolescentes, jovens e adultos, como forma de inserção da pessoa em um tipo de letramento (o que Brian Street denomina “letramento autônomo”) socialmente valorizado e que a instituição escolar está autorizada a oferecer.

De um lado, a instituição escolar passou a ocupar um espaço social relevante para inserção dos agentes sociais na sociedade. Enquanto instituição legítima, oficializada pelo Estado, tornou-se uma agência produtora de conhecimentos e reprodutora da ideologia dominante referente ao mundo grafocêntrico. O papel da escola na formação do indivíduo tornou-se vital no mundo das letras (que compreende o mundo do trabalho e outros espaços sociais), reforçando o poder atribuído à leitura/escrita. Assim, a escola é tida como a instituição legítima na transmissão do saber formal e, enquanto instituição amparada pelo poder legal, a escola visa à formação para a cidadania, propiciando acesso a bens culturais.

Por outro lado, parece haver um discurso arraigado na sociedade de que a escolarização é algo que dá acesso a uma vida melhor. A escolarização pode ser concebida, segundo Mey (2001), como um instrumento de poder, uma arma na luta pelo progresso individual. Tal discurso, para esse autor, parece ser reproduzido por governos de diversos

países, em desenvolvimento e industrializados, assim como por instituições como a UNICEF, UNESCO e BANCO MUNDIAL. Conforme o ex-Secretário-Geral da UNESCO, Ban Ki-moon, o analfabetismo exacerba os ciclos de problemas de saúde, pobreza/privação, enfraquece as comunidades e mina os processos democráticos através da marginalização e da exclusão. Nessa perspectiva, o processo de escolarização pode significar um ponto-chave para contribuir com melhores condições de vida, especialmente, as condições de vida de grupos minoritários.

O não acesso à cultura letrada via escola é visto, pelos órgãos internacionais, como algo que denigre a imagem de uma nação, contribuindo para a classificação de uma posição inferior perante os países considerados desenvolvidos. Por exemplo, na perspectiva do Banco Mundial, a erradicação do analfabetismo, aparentemente numa perspectiva quantitativa e não necessariamente qualitativa, se constituiu uma das exigências dessa instituição aos países que necessitam de empréstimo financeiro junto ao FMI, tal qual o Brasil há algum tempo atrás. Essa exigência transparece a urgência de o sistema neocapitalista sanar um “problema social” que diz respeito tanto à ideia de democratização quanto à necessidade de formar pessoas minimamente qualificadas para o mercado de trabalho. Assim, a educação, enquanto dimensão da sociedade regrada pelo Mercado, é parte do pacote das políticas internacionais ditadas pelas instituições supracitadas e evidencia a crença de que há ligação direta entre a inserção de grupos sociais, como os jovens e adultos sem escolarização completa, nas instituições de ensino e a ideia de desenvolvimento da nação e de sucesso pessoal.

Para alguns teóricos, como Bauman (2007), vivemos em uma época líquida e fluida, somando-se a isso, podemos compreender nosso contexto social como tempos em que as ações de um campo podem acarretar consequências a outro campo (BOURDIEU, 2011), como o campo político em relação ao educacional. Denominamos esse conjunto de relações entre campos sociais (político, econômico, educacional e outros) “globalização”. Este termo, segundo Fairclough (2006), diz respeito às complexas interconexões baseadas no fluxo de bens e movimento financeiro, baseados em relações de interdependências entre agências como Nações Unidas e FMI, na migração de pessoas, na representação e interação das pessoas com as formas de comunicação tecnológicas, como a mídia.

A globalização compreende um conjunto multifacetado de processos de mudanças, ou seja, divididos em diferentes campos, o que propicia a formação de discursos particulares marcados por palavras-chave, tais como: mercado, cultura, terrorismo, flexibilidade, liberalização, modernização, liberdade de escolha e democracia (FAIRCLOUGH, 2006). A escolha (ou o uso) dessas palavras denotam marcas discursivas advindas do neoliberalismo; envolve um aspecto macro (como os campos político e econômico que demandam a erradicação do analfabetismo) e um aspecto micro, vinculado à vida das pessoas que não obtiveram escolarização na idade certa, tais como os estudantes da EJA.

A representação da globalização se dá por meio de discursos advindos de agências, como as instituições citadas, e por meio de “conjuntos de agentes”: a) análises acadêmicas – que teorizam e analisam a globalização; b) agências governamentais - criadoras de estratégias; c) a mídia – com foco na comunicação em massa, como a imprensa, o rádio e a TV e na comunicação virtual, como a *internet*; d) as pessoas e suas vidas diárias – elas têm suas próprias experiências com a globalização cotidianamente, por meio dos meios de comunicação, e suas reações singulares frente aos discursos a que são expostas (FAIRCLOUGH, 2006).

A instituição com maior responsabilidade de inserção de pessoas nos mundos da escrita é a escola, espaço social denominado, por Kleiman (2005), como a principal “agência de letramento”. Nesse espaço social e discursivo, as práticas de letramento escolares, compreendidas como discursos, são legitimadas pelas instituições vigentes dentro de uma perspectiva, muitas vezes, puramente mercadológica, a fim de atingir uma das “metas” impostas pelo Banco mundial, como a “erradicação” do analfabetismo.

A escolarização atrelou-se ao conceito do capital cultural, ou como na terminologia de Bourdieu (2011) – o novo capital. O ensino escolar representa um “bem simbólico”; uma parte significativa que compõe o capital cultural individual que, para Bordieu (2011), é formado a partir de movimentos da bolsa de valores escolar, assim, a instituição escolar passou a ser vista como espaço que contribui para reproduzir a distribuição do capital cultural em meio à estrutura do espaço social (BOURDIEU, 2011).

Os discursos de diversas agências frente às demandas do mundo globalizado podem estar contribuindo para que muitas pessoas concebam a escolarização como processo que pode levá-los ao sucesso pessoal e mesmo que inconscientemente, até a busca por uma nação desenvolvida. Esses discursos, atrelados aos discursos mercadológicos que remetem ao posicionamento das pessoas na divisão social do trabalho, podem ser o motor propulsor que motiva as pessoas que não concluíram o ensino básico na idade convencional a retornarem à escola. Os ecos desses discursos (interdiscursos) parecem estar presentes na mídia.

### 3. A EJA NO DISCURSO MIDIÁTICO NACIONAL

#### Quadro 2. Programa Brasil Alfabetizado.

O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal. **Objetivo:** Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

Fonte: *Site* do MEC<sup>1</sup>.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), apresentado no *site* do Ministério da Educação (MEC), é um programa nacional que visa ofertar educação institucional àqueles que nunca tiveram acesso à escola e se constitui uma via de acesso à continuidade no ensino básico por meio da modalidade de ensino da EJA. A primeira materialidade linguística selecionada, o texto abaixo, que é um recorte do texto de apresentação do PBA.

O PBA é figurativizado como enunciador que pretende interagir com determinado grupo de pessoas interessadas ou envolvidas com a educação formal, objetivando mostrar que o programa “é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade”. Assim, o PBA é uma agência que atende aos anseios do mundo globalizado. O

---

<sup>1</sup> Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=17457&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817).

texto, veiculado na mídia virtual, traz marcas discursivas que se interligam com discursos externos à materialidade linguística apresentada no texto acima. A metáfora “porta de acesso à cidadania” é utilizada para se referir à relevância social que o conhecimento linguístico escolarizado (a alfabetização) tem na sociedade.

Atrelado ao discurso da escolarização há o conceito de “cidadania”. Ser “cidadão” remete à palavra “cidadania”, termo derivado de “cidade”, lugar onde as pessoas vivem em sociedade e fazem uso da linguagem escrita nas diferentes instâncias da vida. Assim, a prática da cidadania, em nossas sociedades gráficas, passa obrigatoriamente pelo sistema da escrita e envolve conhecimentos linguísticos (as modalidades oral e escrita da linguagem).

Com isto, ser cidadão pressupõe conseguir lidar com situações associadas aos mundos da escrita, mas, por vezes, essas situações necessitam que a pessoa vá além da decodificação da língua escrita. Por exemplo, pode ser imprescindível a compreensão da dimensão discursiva (presente na materialidade textual oral ou escrita) para reclamar pela garantia de direitos civis e políticos. Assim, a escolarização poderia ser planejada tendo a ideia do discurso como prática social. Isso parece ser uma demanda para a instituição escolar.

As agências sociais, em consonância com as leis vigentes, ofertam o acesso à cultura escrita a todos, sem distinção de etnia, crença ou idade. A “oferta pública da alfabetização” é representada no texto acima pelo uso de uma metáfora (“porta de entrada” para a educação e a escolarização), reforçando discursos implícitos. A metáfora traz significados múltiplos, contribui para transferência de uma dada palavra utilizada em um domínio para outro domínio social (FAIRCLOUGH, 1989), ou seja, o uso da expressão “porta aberta” traz à tona o sentido conotativo da linguagem e dialoga com outras palavras presentes no texto: “despertar do interesse pela elevação da escolaridade” e “promover a superação do analfabetismo”. Os dois verbos de ação – despertar e promover – evidenciam a necessidade de o indivíduo ser proativo, reforçando um discurso que é próprio da ideologia neoliberal “só depende de você”.

A “culpabilização” pela falta de instrução formal parece recair sob o indivíduo não escolarizado, uma vez que sua condição de analfabeto não contribui para seja efetivamente um cidadão e, segundo a percepção de instituições (agências) nacionais e internacionais, o

analfabeto contribui para que a nação não se desenvolva. Os discursos políticos, educacionais e econômicos são representados (ecoam) no discurso midiático e estes discursos marcam clara posição da “parte” que têm voz na sociedade e, ao mesmo tempo, marcam também a posição dos alunos da EJA (ou até mesmo dos envolvidos nessa modalidade de ensino, como o educador) numa outra margem social.

A dualidade entre vozes dominantes (enunciadores) e as dominadas (enunciatários) aparece nas práticas sociais da linguagem, na forma discursiva, ressaltando a existência de relações de forças entre grupos da sociedade, segundo os anos de escolaridade. Isso também pode ser notado na introdução do texto: “o MEC realiza [...] educação de jovens, adultos e idosos com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste”. A escolha pelo enunciado “atendimento prioritário” evidencia relação de força entre as vozes mobilizadas; a voz governamental e as de um grupo de pessoas, residentes em uma região brasileira onde os índices educacionais são mais baixos se comparados a regiões centro-oeste, sudeste e sul do país. Segundo Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF), a região nordeste é a que apresenta maior taxa de analfabetos e, em segundo lugar, vem a região norte do Brasil. Esse dado parece justificar a prioridade de atendimento.

A relação de forças é discursivamente marcada na expressão “atendimento prioritário”, tal qual mostra Silva (2013) em relação ao “atendimento preferencial”, expressão bastante utilizada nas práticas cotidianas, especialmente nas comerciais, o que, segundo a autora supracitada, remete ao fato de que somente quem está em uma posição socialmente privilegiada pode oferecer o “atendimento preferencial”.

Ao mesmo tempo em que o “atendimento prioritário” remete à necessidade de ser primeiramente atendido (isso pode soar “socorrido” já que o analfabetismo parece ser sinônimo de um “problema social” que afeta os processos da globalização), também reforça certo desprestígio social e histórico que ocorre em relação às regiões do país onde os indicadores nacionais apontam maior número de pessoas analfabetas e contribui para o *status quo* caracterizado pelo alto prestígio que tem a “cultura escrita” em nossas sociedades.

#### 4. A EJA NA PERSPECTIVA DA MÍDIA REGIONAL TOCANTINENSE

A região norte do país apresenta altos índices de pessoas com baixa escolaridade, conforme anteriormente comentado, fato esse que evidencia a relevância de estudos acadêmicos que investiguem temáticas relacionadas à escolaridade de adolescentes, jovens, adultos e idosos, possíveis participantes da modalidade de ensino da EJA, buscando contribuir com tais estudos, selecionamos três enunciados (A, B e C) relacionados à EJA, disponíveis na mídia virtual que focaliza o Tocantins, no intuito de delinear os modos como essa modalidade de ensino é discursivamente representada na mídia.

##### a. Enunciado A

O enunciado A é de autoria da Agência de Notícias do Tocantins, um *site* mantido pelo Governo do Estado, que buscou divulgar a chegada de material didático para a EJA, nas escolas públicas. O enunciador tinha como principal interlocutor o povo tocantinense, assim, chamar a atenção daqueles que participam ou pretendem participar da EJA estava dentre as intenções implícitas na escolha do título: “Guias de aprendizagem oferecem reforço na educação da EJA; kits já foram entregues” (Agência de Notícias do Tocantins, 2014). Esse título evoca diferentes vozes discursivas que dizem respeito ao posicionamento que o discurso midiático, possivelmente em consonância com os discursos político e econômico, atribui aos envolvidos na EJA.

O enunciado “guia” remete ao ato de guiar ou conduzir, no caso, a aprendizagem dos alunos da EJA. O discurso midiático parece esboçar um quadro no qual a aprendizagem é um processo linear e homogêneo e a chegada de guias objetiva “reforçar a educação da EJA”. “Reforçar” traz discursos exteriores para as leituras do interlocutor, pretende indicar que a EJA precisa da intervenção governamental, em forma de material didático, para “sanar” os problemas existentes nessa modalidade de ensino, o que pode estar incluso nessa ideia as necessidades formativas dos estudantes e dos educadores da EJA.

A “oferta de reforço” à EJA traz a ideia de o educador da EJA precisar ser “auxiliado” via material didático, assim posto, somos levados a inferir que os autores desse material “guiarão” tanto os estudantes quanto o professor da EJA, nos processos de ensino-aprendizagem. (“Ao

todo são distribuídos 15 mil guias para professores e alunos”). A palavra “guia” toma o lugar da palavra “material didático”, mobiliza o discurso de que o professor é mais capaz de exercer sua função com um “guia”, algo pronto que elucide as etapas que a aula deverá seguir. Esse discurso parece não contribuir com a imagem do professor da EJA, vinculado à escola pública, por ser a figura, recorrentemente, pormenorizada em meios aos discursos midiáticos.

No corpo do enunciado A, a voz de uma professora é acionada:

### Quadro 3. Professora de português.

Sou professora de português e gostei muito do guia. Estou, inclusive, já aplicando as atividades de linguística. É uma boa síntese do que aplicaremos em sala ao longo do ano”, contou a professora X, da Escola Estadual Criança Esperança, na região norte de Palmas.
---

Fonte: Agência de Notícias do Tocantins, 2014.

A professora utiliza o mesmo enunciado “guia” para se referir ao material didático, demonstra ter apreciado a qualidade do material, mas, ao afirmar: “é uma boa síntese do que aplicaremos em sala ao longo do ano”, revela que sua mobilização de saberes na sala de aula extrapola o uso do material didático como ferramenta e não como “guia”, este, é tratado pela professora como uma “síntese” dentre as práticas escolares de linguagens, nota-se, com isto, que o discurso da professora difere do discurso midiático.

Ao enunciar: “Kits já foram entregues”, após o sinal de ponto e vírgula, há um caráter explicativo ao que é primeiramente anunciado. A palavra de origem inglesa *Kits*, o plural de *kit*, faz referência ao conjunto de livros que compõe o novo material para EJA. O entendimento de “kit” significando “conjunto” fica implícito, como algo a ser sabido pelo leitor e, ainda, a escolha pelo uso de uma palavra estrangeira pode remeter a imagem do moderno, do novo e até do prático e eficiente, assim, o uso do enunciado “kit” traz efeitos de sentidos diferentes do uso da palavra “conjunto”. Ao enunciar: “foram entregues” parece lembrar, aos possíveis interlocutores, que as principais agências de letramento receberam o material, portanto, cabe às instituições mobilizar possíveis mudanças, uma vez que o Estado (e indiretamente a União) fez sua “parte do contrato social”. A imagem do professor é acionada, uma vez que é o profissional que utilizará o material didático como ferramenta de trabalho, assim, a

responsabilidade pela mudança no cenário educacional na EJA parece pesar um pouco mais para a parte da divisão do trabalho que cabe ao educador da EJA.

O enunciado A aciona, ainda, a voz de um aluno, como podemos ver abaixo:

Quadro 4. Aluno da EJA.

<p>É muito bom voltar a estudar. É uma maneira de garantir o aprendizado. Só chegam lá àqueles que persistem. Meu objetivo é terminar o 3º ano, porque além de ser uma necessidade para mim, vai fazer parte do meu futuro. Eu quero prestar um concurso e fazer faculdade na área de música. Sei que vou</p>
---

Fonte: Agência de Notícias do Tocantins, 2014.

No ato enunciativo do aluno da EJA, podemos notar o “eco” de outros discursos já ditos pelas vozes dominantes representadas por agências; o letramento escolarizado é visto como “uma maneira de garantir o aprendizado”, assim, denota o discurso de “valor” do saber escolarizado e associa tal discurso à ideia de “sucesso”: “só chegam lá àqueles que persistem”. Essa suposta motivação pessoal é algo esperado pelos discursos dominantes, produzidos pelas agências, que veem a escolarização como meio para produzir mão-de-obra minimamente qualificada para manutenção social, mas, do ponto de vista do aluno, a escolarização representa melhoria nas condições de vida futura.

**b. Enunciado B**

O enunciado B, disponível no *site* não governamental, denominado “Jornal O Girassol”, com foco em notícias sobre o Tocantins, foi produzido em comemoração ao dia nacional da alfabetização. O enunciado B é uma notícia que traz a afirmação de que “o governo do Estado comemora os resultados positivos das ações voltadas a alfabetizar, além de crianças, pessoas com 15 anos ou mais”. Nesse enunciado, o governo do Estado é personalizado como alguém que desenvolve ações voltadas à alfabetização. Ao dizer sobre as realizações do Estado, em relação à alfabetização, enuncia que, “além de criança”, o foco das ações de alfabetização, o governo faz algo a “mais”, alfabetiza “pessoas com 15 anos ou mais”, o que nos remete a pensar que a EJA é oferecida por “bondade” do governo, e não como um direito constitucional e “dever” estadual e municipal, ainda que não seja ensino obrigatório, como no caso das crianças. Os efeitos de sentidos possivelmente seriam mais positivos se o enunciado fosse: “o

governo do Estado comemora os resultados positivos das ações voltadas a alfabetizar crianças e pessoas com 15 anos ou mais” (Jornal O Girassol, 2014).

O título do enunciado B mostra o quantitativo de pessoas que fazem parte da EJA atualmente: “Mais de seis mil jovens e adultos estão sendo alfabetizados no Tocantins”, marcando numericamente o motivo da comemoração, de fato, houve aumento significativo de alunos na EJA tocantinense, dado o aumento da oferta da EJA desde a primeira década do século XXI. O dado numérico evidencia a efetivação das ações governamentais, algo que o discurso midiático deseja mostrar como ponto positivo alcançado.

Possivelmente para enfatizar as ações governamentais expostas no texto, a voz de um aluno da EJA, citada abaixo, traz a ideia de efeito positivo que a educação escolar pode trazer ao indivíduo.

Quadro 5. Notícia de jornal.

Depois que eu comecei vir para escola já aprendi a escrever o meu nome e a ler algumas palavras. Assim que aprendi a escrever procurei trocar minha identidade para que eu pudesse assinar o meu nome completo no documento e só assim deixar de constar analfabeto no documento.
---

Fonte: Jornal O Girassol, 2014.

A escola é representada, pelo aluno, como lugar onde se aprende a escrever. A escrita do nome próprio é visto em primeiro plano, pois marca o aspecto identitário, sua singularidade no mundo gráfico. Adentrar o mundo da escrita via escola pode significar ampliação nos modos de participação social, afirmam Kleiman (1995) e Vóvio e Kleiman (2013), assim, conforme as palavras do aluno, o letramento escolar possibilitou mudança da imagem de si registrada no documento de identidade e mudança de comportamento, dado a possibilidade de escrever (assinar) o próprio nome. O acesso ao mundo da escrita provoca transformações no indivíduo, mostra Kleiman (1995, 2000, 2010), possibilita mudanças internas/identitárias e na interação com o mundo externo. A ideia de poder atribuída à escrita, naturalizada no mundo externo, transparece nas palavras do aluno quando afirma que, após aprender a escrever e trocar seu documento, “só assim deixou de constar analfabeto no documento”. A palavra “só” nos remete ao caminho que a escrita representa para participação efetiva do indivíduo em ambientes letrados, como certos tipos de lazer e de trabalho. Ao selecionar o enunciado desse aluno da

EJA, a mídia reforça conceitos representados por discursos externos, como o conceito de identidade que, implicitamente, retoma o de cidadania.

**c. Enunciado C**

O enunciado C, notícia presente no *site* da Secretaria da Educação e Cultura (TO), comemora o dia da alfabetização, trazendo no título (“Tocantins comemora o dia nacional da alfabetização com cerca de 7 mil alfabetizandos em sala de aula”) dados numéricos referentes aos “alfabetizandos em sala de aula”, o que remete ao fato de que muitos dos alfabetizandos não concluem o curso, a evasão é assunto bastante discutido entre os gestores e educadores dessa modalidade de ensino e que pode distanciar o governo do Estado de sua “meta” de “atingir” 10 mil pessoas alfabetizadas até 2014. O dado numérico almejado revela um grande desafio para a educação tocantinense, no “centro” desse processo está o professor, assim, a responsabilidade para “atingir tal meta” parece ter mais peso sobre o trabalho do educador, motivo pelo qual a mídia mostra que houve investimentos governamentais na formação de educadores, como descritos no trecho abaixo:

Quadro 6. Meta educacional.

A meta prevista é atingir 10 mil pessoas alfabetizadas até 2014. O governo investe na formação dos professores alfabetizadores e na abertura de novas turmas em todo o Estado.
--

Fonte: Secretaria da Educação e Cultura, 2014.

O acesso à escola parece ser visto como via para a qualificação de pessoas para o mercado de trabalho e para a sustentabilidade do nosso modo de produção, razão pela qual vale os investimentos na abertura de novas turmas de alunos e na formação dos professores alfabetizadores. O enunciado “investimento” deriva de investir, palavra diretamente vinculada ao mundo financeiro. Quem faz um investimento espera retorno positivo, algum tipo de lucro que compense o investimento realizado, logo, os esforços para que ocorra a alfabetização de pessoas jovens e adultos estão diretamente ligados a discursos econômicos e políticos e estes revelam impactos da globalização sobre os indivíduos, especialmente sobre aqueles que não se enquadram de alguma maneira nas demandas sociais da sociedade grafocêntrica, como as pessoas analfabetas e distanciadas de certos mundos letrados.

Esses discursos neocapitalistas estão impregnados nos sentidos que determinadas palavras de ordem trazem, como a palavra “prioridade”, já mencionada anteriormente neste artigo e presente no trecho a seguir:

Quadro 7. A EJA como prioridade.

Conforme o Secretário de Estado da Educação e Cultura, professor Danilo de Melo Souza, a prioridade é com a educação de jovens e adultos, embora trabalhe também com alfabetização de crianças, mas que segundo ele é muito mais de responsabilidade do município, e em regime de colaboração com governo federal desenvolve alguns programas aqui no Tocantins.

Fonte: Secretaria da Educação e Cultura, 2014.

A voz dominante afirma que “a prioridade é com a educação de jovens e adultos”. Os sentidos que ecoam a partir da EJA ser “prioridade” são múltiplos, além de outros sentidos que podem ser construídos levando em consideração as palavras: “embora trabalhe também com a alfabetização de crianças”. A inversão na fala do secretário, que posiciona no texto primeiro os adultos e depois as crianças, reflete a demanda pela resolução de um “problema social” que “atrasa” o desenvolvimento da nação. A palavra “prioridade”, que num primeiro momento pode indicar interesse e zelo pela EJA, passa a ter o sentido de que o governo, pressionado pelas agências internacionais, tem o dever de diminuir o número de pessoas analfabetas. Esse dever (prioritário) liga-se tanto ao direito constitucionalmente garantido, como podemos notar na fala do Secretário da Educação e Cultura – TO, abaixo, quanto aos interesses políticos e econômicos.

Quadro 8. Metas para a alfabetização.

Todas as pessoas têm direito de alfabetização, e para atingir este objetivo o governo tem quatro metas para o quadriênio, que é melhorar a qualidade da educação, valorizar os profissionais da educação, educação de tempo integral e garantir educação de jovens e adultos com qualidade.

Fonte: Secretaria da Educação e Cultura - TO, 2014.

Na fala do secretário, presente no trecho acima, novamente as palavras “atingir” e “metas” são ressaltadas. Em relação às metas, o secretário elenca quatro, a primeira meta visa: “melhorar a qualidade da educação” e a quarta: “garantir educação de jovens e adultos com qualidade”. Ao explicitar as metas, o secretário posiciona a “educação” de um lado (“melhorar a qualidade da educação”), como primeira meta, e a EJA de outro lado (“garantir educação de

jovens e adultos com qualidade”), no entanto, a EJA é uma modalidade de ensino parte da educação básica brasileira, portanto, se houver melhora na “qualidade da educação”, conseqüentemente, haverá melhora também na EJA. Percebe-se que, ao expor metas educacionais, o representante da agência voltada à educação não expõe nenhuma das ações previstas para atingir tais objetivos, tornando vago, para o leitor, a noção de “como” e “quais” estratégias governamentais serão desenvolvidas para que os profissionais da educação sejam valorizados?

A exposição de metas educacionais, pelo secretário, via mídia, evidencia certa circularidade entre discursos. O discurso político é regido pelo discurso econômico e este influencia as ações planejadas no âmbito das políticas públicas educacionais, assim, questões educacionais de grande repercussão tornam-se metas a serem cumpridas (como, por exemplo, a escolarização de jovens e adultos) e se constituem temáticas tratadas pelo discurso midiático.

## **PALAVRAS FINAIS**

Este artigo pretendeu evidenciar vozes circulantes na mídia, em especial na mídia tocantinense, e representa uma breve análise sobre os modos como a EJA vem sendo situada dentre os discursos sociais circulantes. Nota-se que a forte ideologia em relação à cultura escrita está diretamente ligada à escolarização e às formações discursivas ligadas aos processos de globalização.

Os enunciados analisados, que focalizam a nação ou a região do Tocantins, apresentam formações discursivas semelhantes, baseadas nos valores capitalistas e que visam à continuidade dos processos de globalização. O foco das ações parece estar mais vinculado aos índices “quantificadores”, como no caso da taxa de matrícula ou das altas taxas de analfabetismo, pouco se fala sobre qualidade da educação oferecida às pessoas que não tiveram escolarização na idade certa. Por outro lado, a multidão composta pelos participantes da EJA ganha o direito a voz em momentos específicos, quando essas pessoas servem de ênfase a um discurso dominante, já pronto, sobre a cultura escrita, como o discurso de que a escolarização é um caminho, uma “porta de acesso” que leva ao “sucesso”, o que denota clara aproximação entre os discursos dominantes de ordem econômica, política e educacional.

O discurso midiático é altamente eficaz para inculcar nas pessoas um determinado modo de ser/fazer e isto ecoa nas palavras de ordem: prioridade, meta, investimento, dentre outros enunciados que não parecem colocar a EJA qualitativamente em primeiro lugar, ou seja, o foco não parece estar de fato nos participantes da EJA (nas necessidades formativas desse grupo para a cidadania), mas sim nos interesses das agências, segundo seus valores. A linguagem utilizada pelo discurso midiático remete aos valores mercadológicos, representados pelos discursos: econômico, político e no educacional, tornando as vozes da sociedade orquestradas num mesmo tom, repetindo a ideologia capitalista que caracteriza os discursos dominantes.

Há necessidade de maior aprofundamento acadêmico sobre os modos como os discursos posicionam a EJA dentre os campos sociais: político, econômico, midiático, educacional e outros, uma vez que essa modalidade de ensino tem sido, ao longo da história, pormenorizada dentre os discursos midiáticos e políticos, o que tem contribuído para manutenção da desvalorização dos participantes da EJA (estudantes e os educadores). No entanto, se o foco dos discursos dominantes for a garantia do direito de jovens e adultos à educação institucional de qualidade e se o foco da educação básica é a cidadania, voltar o olhar para a EJA se torna relevante, especialmente, nas regiões norte e nordeste do país, onde a demanda potencial para essa modalidade de ensino é significativa.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE NOTÍCIAS. Disponível em: <<http://atn.to.gov.br/noticia/179881/>>. Acessado em: 05/06/2014.

BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BARTON, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Oxford: Blackwel, 1994.

BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. *Situated Literacies: reading and writing in contexto*. London e New York: Routledge, 2000.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 3 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis*. 12 ed. New York: Longman, 2010.

\_\_\_\_\_. *Language and globalization*. New York: Routledge, 2006.

\_\_\_\_\_. *Mass media discourse*. London: Edward Arnold, 1995.

\_\_\_\_\_. *Language and Power*. Language in Social Life Series. 19 ed. New York: Longman, 1989.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

JORNAL O GIRASSOL. Disponível em: <<http://ogirassol.com.br/materia.php?u=mais-de-seis-mil-jovens-e-adultos-estao-sendo-alfabetizados-no-tocantins>>. Acessado em: 10/06/2014.

KLEIMAN, A. B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Revista Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 32 n. 53, p. 1-25, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise do discurso crítica*. Campinas: Contexto, 2011.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA (TO). Disponível em: <<http://www.seduc.to.gov.br/seduc/index.php/consulta-certificado/89-materias/1895-tocantins-comemora-o-dia-nacional-da-alfabetizacao-com-cerca-de-7-mil-alfabetizando>>. Acessado em: 09/06/2014.

SILVA, J. S. Atendimento preferencial no estatuto e na voz do idoso. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 13, n. 2, p. 243-271, maio/ago 2013.

VAN DIJK. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *Discurso e contexto*. São Paulo: Contexto, 2008.

### **Míriam Martinez GUERRA**

Doutoranda pelo Instituto de Linguagens (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora no Centro Universitário UNITPAC - Araguaína/TO.

*Recebido em 09/04/2018 O Aceito em 08/03/2019*